

“Deus sabe o que faz” – uma abordagem pós-colonialista de “Pai contra mãe”, de Machado de Assis e “A menor mulher do mundo”, de Clarice Lispector

Renan Silva Magalhães²

Gracia Regina Gonçalves³

Resumo: Esse artigo apresenta um estudo comparativo dos contos “Pai Contra Mãe”, de Machado de Assis e “A Menor Mulher do Mundo”, de Clarice Lispector, do ponto de vista da crítica da alteridade. Ainda que pertençam a momentos distintos, tencionamos mostrar como estes dois autores, não comumente classificados dentro do panorama do pós-colonialismo, recorrem a uma temática semelhante nos contos abordados: a representação e o aviltamento da mulher negra. Acreditamos que, projetando a emergente sociedade capitalista do sec. XIX, e a sociedade burguesa do cenário contemporâneo, ambos desnudam, cada um a seu modo, a crueldade e/ou alienação que as caracterizam. Para esta tarefa, noções ligadas à constituição discursiva do sujeito pós-colonial e do conceito de violência segundo, Bakhtin, Butler, e outros serviram de guia a essa análise.

Palavras-chave: Conto, Pós-Colonial, Machado de Assis, Clarice Lispector

Abstract: This essay is a comparative study of the short stories "Pai Contra Mãe" by Machado de Assis and "A Menor Mulher do Mundo" by Clarice Lispector, from the point of view of the criticism of alterité. Although they belong to different moments, I propose to show how these two authors, not commonly classified in the post colonialism's panorama, make use of a similar theme in these stories: the representation and degradation of the black woman. I believe that by projecting the emerging capitalist society of sec. XIX, and the bourgeois society of the contemporary scene, both strip, in their own way, the cruelty and / or alienation that characterize them. In order to do so, notions linked to the discursive constitution of the postcolonial subject and the concept of violence according to Bakhtin, Butler, and others served as a guide to this analysis.

Keywords: Short Story, Post-Colonial, Machado de Assis, Clarice Lispector

² Graduado em Letras pela Universidade Federal de Viçosa. Estudante não-vinculado do Mestrado em Letras – UFV.

³ Doutora em Letras. Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa.

"Ideology obscures the real conditions of existence by presenting partial truths."

(Catharine Belsey)

Introdução: a gente não sabe o que diz

Machado de Assis e Clarice Lispector, autores consagrados da literatura nacional, não têm seus nomes comumente associados, a não ser pelo reconhecimento de sua genialidade. Contudo, pode-se, de antemão, afirmar que um fator os aproxima: seu olhar crítico. Ambos se apropriam do discurso convencional burguês, detentor do poder e bens, para falar do simples, do prosaico, do ordinário, expondo de maneira irônica essa ideologia. Sendo assim, não se torna difícil estabelecer um diálogo entre os dois no que diz respeito a seu envolvimento em certas situações de conflito de cunho social.

Embora podendo ser visto espaçadamente ao longo da obra de ambos, deve-se notar que este aspecto vai estar presente em especial, em um gênero que ambos dominam igualmente. Trata-se da sua ficção curta, na qual nos é oferecido um perfil da sociedade de seu tempo. Desta extraímos o objeto da presente reflexão: a representação da mulher negra, tal e qual se manifesta nos contos “Pai Contra Mãe” (1906), de Machado e “A Menor Mulher do Mundo” (1960), de Lispector, os quais que se revelaram propícios a uma abordagem pós-colonialista, em especial, dentro de seu aspecto dialógico, evidenciando a crueldade implícita ao discurso, ora de forma explícita, ora velada, a qual sedimentaria, neste diapasão, nossa hipótese de emparelhamento dos textos selecionados. Para tanto, contamos com os estudos bakhtinianos de José Luís Fiorin, e com elementos a crítica da alteridade de Thomas Bonnicci, Alberto Memmi, e

Judith Butler, todos engajados no campo da diferença e, decorrentemente, da problematização da alteridade⁴.

Fiorin, em *Introdução ao pensamento de Bakhtin* (2008), traz à tona, como premissa básica, a afirmação de Bakhtin de que todo texto provoca, em sua compreensão, uma *responsividade* que, no ato de uma leitura, ou no de se ouvir determinado discurso no indivíduo; isto quer dizer, o indivíduo assume uma postura, seja ela de concordância ou discordância, em relação ao que quer que venha proposto. (FIORIN, 2008, p.6)

Desta maneira, para Bakhtin, qualquer discurso vivo, em todo seu processo de desenvolvimento, se relacionaria sempre com o discurso de outrem, sendo impossível a existência de qualquer discurso humano sem este caráter, conforme se pode averiguar pela seguinte passagem:

[...] todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. (FIORIN, 2008, p.19).

Na sequência, Fiorin nos lembra das propriedades do termo “enunciado”, dentro da perspectiva do linguista russo, como sendo: “unidade discursiva que contém sempre mais de uma voz: o enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado (...). O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores: refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles (...)” (BAKHTIN, 1992 p.316). Ou seja, as palavras viajam para dentro e fora do tempo; criam expectativas, adeptos e/ou

⁴ Caráter ou estado do que é diferente; que é outro; que se opõe à identidade.

[Filosofia] Circunstância, condição ou característica que se desenvolve por relações de diferença, de contraste.

opositores, e são, como diria Foucault, ideologicamente marcadas pelo poder.

1. Vidas precárias, vidas passíveis de luto

Para que estejamos alertas às artimanhas do poder, Thomas Bonnici, em seu artigo intitulado *Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais* (1998), nos dá um panorama do alcance da teoria pós-colonial. Esta trabalha no intuito de estruturar uma compreensão das influências do imperialismo, ao longo do discurso e do tempo, em diversos contextos. Discorrendo, por exemplo, sobre como as potências europeias dominaram o mercado de ideias, paralelamente ao econômico, Bonnici nos lembra como se desenvolveram estratégias e outras convenções de “caráter eurocêntrico que foram impostas sub-repticiamente como universais e aplicáveis para todos, causando impactos e perpetuando a diferença.” (BONNICI, 2005, p. 12)

Neste diapasão, Bonnici menciona alguns casos de resistência, quando escritores vem a lograr o poder, ao adotarem parodicamente elementos desta cultura do abuso, como atitudes, dizeres, discursos, subvertendo as percepções e a visão de mundo do colonizador. “O colonizado, portanto, toma para si o que lhe foi imposto e o faz seu, refletindo a própria situação.” (BONNICI, 2005, p. 12).

No nosso caso, torna-se interessante a proposta pela qual, de forma mais ampla, o conceito se aplicaria, então, ao olhar hegemônico em relação aos demais indivíduos em uma posição de inferioridade, em quaisquer contextos de diferença de classe/raça.

Assim, torna-se pertinente a releitura não só de Machado, mas também de Clarice, dentro desta ótica, visando detectar ressonâncias e desnudar o caráter de alienação deste olhar deixado como herança. Dentre as estratégias literárias presentes na subversão do discurso do colonizador, vemos como a utilização da ironia na constituição do discurso das personagens,

em especial na apropriação paródica feita pelo colonizado, expõe a diferença a ser lida contra o próprio enunciador, caso que exploremos adiante.

Em sua obra *Quadros de Guerra*, (2015), Judith Butler, por sua vez, escrutina os tipos de violência que permeiam as relações contemporâneas, revelando a presença de discursos xenofóbicos, racistas e machistas no âmbito social. Em seu texto, Butler problematiza a ideia sobre o que pode ser ou não considerado vida, sugerindo que esta

[...] não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. (BUTLER, 2015, p.13)

Dentre os argumentos apresentados, Butler nos alerta que alguns indivíduos estão em determinadas posições graças a uma modelagem social e política, através de ferramentas como a linguagem e o trabalho. Butler os apresenta como um certo tipo de “ser” “[...] que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns a minimizar a precariedade para outros.” (BUTLER, 2015, p.15)

A autora afirma que a precariedade da vida tem um valor contextual, discursivo, sendo estruturado de forma social, partindo do ponto em que a importância de tal sobrevivência do “ser” está ligada estritamente ao que a autora chama de “rede social de ajuda”, colocando assim, a carga da sociedade tal importância:

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precariedade (porque a vida requer que

várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida). A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. (BUTLER, 2015, p.31)

Tal argumentação sugere uma ligação direta com os contos a partir do momento em que se questiona, por meio da diferença e do poder, o valor de uma certa vida comparada a outras, que, por vezes, é reconhecida como vida ou não, ponderando também que uma vida sempre é dependente de outra, coabitando o mesmo âmbito social, considerando que dependemos do outro ao mesmo tempo em que o outro tem uma dependência de nós, havendo nível de proximidade ou não entre indivíduos.

Desta forma, abordaremos, primeiramente, o conto machadiano, no qual se vê o autor retratar explicitamente uma ocorrência ligada ao período escravocrata. Neste, temos a perseguição de um homem de pele clara a uma escrava, no intuito de conseguir dinheiro e, através de sua captura, condições mais adequadas para criar seu filho recém-nascido.

Nesta busca, Cândido abre mão de qualquer humanidade para com Arminda, a fim de alcançar seus objetivos, tratando-a como um objeto que solucionará seus problemas, desconsiderando os riscos que a escrava corre por estar grávida, o que torna o final do conto uma tragédia.

Em paralelo ao drama de Arminda, temos o conto clariceano, que aborda a descoberta de uma mulher considerada como a menor mulher do mundo, fato relatado por um jornal da década de sessenta. Trata-se de uma pigmeia, encontrada por um antropólogo, tornada objeto de curiosidade na época. Com esta espécie de crônica de curiosidades, o leitor se depara com a realidade do preconceito no seio dos núcleos familiares burgueses que, como vimos em Bonnici, constituem pilares ideológicos do pensamento ocidental.

Assim, fazemos dialogar entre si estes dois textos, nos quais procuraremos mostrar estratégias utilizadas por seus

autores que apontam para como, discursivamente, a condição de sujeito pode vir a ser negada a outrem, dependendo da lente, se do colonizador, ou a serviço deste.

1.1. "*Nem toda criança vinga*"

Em "Pai contra mãe", Machado toma como ponto de partida a imagem das ferramentas utilizadas em escravos que evadiam de seus donos. Estes objetos são apresentadas pelo autor no intuito de introduzir o leitor no cenário que o conto virá a abordar.

A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber. Perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. (ASSIS,1994, p.2)

Mais do que uma simples introdução ao cenário, Machado traz, nas primeiras linhas do conto, toda aflição sofrida por um escravo, mostrando como tal medida extrapola a questão da funcionalidade de uma máscara, como assinala Leda Martins:

[...]a máscara de flandres, que silenciava o escravo, e o ferro ao pescoço, que lhe tolhia os movimentos, metonimicamente configuram as perversas relações de força e de poder entre senhores e escravos, sob as quais sucumbe tanto a vida do recém-nascido, como os mais nobres sentimentos, sentidos e experiência do humano. Referida pela sua literalidade de objeto desprovido de qualificativos, a máscara vaza nosso olhar, por feito da magistral escritura, da descrição minimalista, quase ósea, que a faz colar-se à retina do leitor, num efeito de transferência dramático, aterrorizante e aterrador, ponte para uma sagaz e irônica reflexão do autor sobre a

condição humana, assujeitada pela tortura, pela dor e pelo silêncio. (MARTINS, 2007, p.56)

Dando início ao enredo, o narrador nos apresenta Cândido Neves, descrito como incapaz de se adequar a qualquer trabalho, e que busca, diante da dificuldade de sustentar sua família recém formada, no ofício de caçador de recompensa de escravos fujões, uma forma de sustento. Candinho vê então em Arminda, uma escrava foragida, uma “sobrevida” econômica, ou seja, a única possibilidade de manter seu filho consigo.

Gostaríamos de focalizar a atitude de Candinho a partir do momento em que o protagonista reconhece Arminda como uma de suas possíveis recompensas. Já atada pela corda de seu algoz, a escrava pondera pedir socorro, mas logo lembra de suas condições na sociedade que habita: “a escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário.” (ASSIS,1994, p.8)

Aqui, nota que, por ser uma mulher, negra e escrava, Arminda se encontra à margem de qualquer direito civil; o fato nos remete a Bonnici em seu texto, ao considerar o caso da mulher negra que chama de “duplamente colonizada”. (BONNICI, 1998). Em se tratando de um período escravocrata, pior seria o agravante de suas condições. Considerando esta experiência em sociedade, podemos associá-la ao que Judith Butler apresenta, segundo o que Arminda seria, como a autora diz, um ser entregue às normas, às organizações sociais e políticas desenvolvidas historicamente, no intuito de maximizar a precariedade de alguns, minimizando a de outros. (BUTLER, 2015)

Em uma situação em que a sociedade é também personagem, Candinho arrasta a escrava pela cidade e Arminda não é acudida por quem presencia seu tormento.

Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. Arminda ia alegando que o senhor era muito mal, e

provavelmente a castigaria com açoites, --coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites.

– Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois? Perguntou Cândido Neves. (ASSIS,1994, p. 8)

Partindo do senso-comum da época, Cândido demonstra que Arminda não é detentora de muitas opções e como determinadas vidas significavam por lei tão mais que outras. O fato de criticar a fuga de uma escrava grávida significaria a perda material para seu dono, bem como o desleixe dela de se dar o direito a uma gravidez irresponsável, face à sua instabilidade financeira, é considerado com dois pesos e duas medidas. Nota-se a projeção pura e simples do capital. Podemos ver, claramente, que Candinho não faz nenhum questionamento a si mesmo, exercendo o poder advindo de sua superioridade de homem branco e livre. Portanto, o erro a ela atribuído – ter um filho sem condições financeiras – para a esposa de Cândido, seria lícito, para a escrava, torna-a mais censurável que seu capturador.

Cândido prende, então, Arminda, para solucionar um “erro”, o qual, se nele não corresponderia a uma condenação, por silogismo, nela, tampouco, deveria. É interessante notar que a expressão desdenhosa é totalmente apropriada de um discurso corrente, no qual muitas vozes apontariam para as negras como indolentes, ou mesmo promíscuas. Memmi nos alerta para esta atitude de pluralização do colonizador, fazendo *tabula rasa* de toda a raça, alegando uma pretensa fraqueza moral desta, como, por exemplo, quando fala da preguiça. Diz Memmi:

Consideremos, nesse retrato-acusação, o traço da preguiça. Ele parece reunir a unanimidade dos colonizadores, da Libéria ao Laos, passando pelo Magreb. É fácil ver até que ponto essa caracterização é *cômoda*. Ela ocupa um lugar de destaque na dialética: enobrecimento do colonizador – rebaixamento do colonizado. Além disso, é *economicamente frutífera*. (MEMMI, 2007, p.117)

Por esta afirmação, podemos ver que Cândido tem a intenção de retratá-la, a ela, fugida, de uma condição sofrida, como simplesmente preguiçosa. A valorização do colonizador ocorre, assim, através de subterfúgios, com a desvalorização estratégica do colonizado.

Mais adiante, temos outra cena na qual Cândido vê Arminda e seu dono apavorados, face à morte do feto ao que Cândido assiste sem problema algum, ignorando tal brutalidade: “o fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram.” (ASSIS,1994, p.8)

Cândido não apresenta qualquer empatia com Arminda na situação, utilizando-se de uma evasiva, ou seja, disse verificar que horas seriam naquele momento. Para ele, e muitos outros, Arminda era como todos os demais negros; nunca mediria as consequências de seus atos, desconsiderando também a posição de vítima que a escrava se encontrava. Outro aspecto intrigante presente no trecho se faz presente na comoção presente na atitude do senhor de Arminda, que se encontra mais abalado face a morte do feto que o caçador de recompensa, visto que este é o ser com maior posse de bens presente na cena. Ainda que Arminda seja apenas uma escrava, ele se compadece com sua situação. Mas isto tudo não passa pela cabeça de Cândido, o qual, mais tarde, em casa, já com seu filho nos braços, se apropria novamente de um discurso corrente, reagindo assim:

Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto.

— Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração. (ASSIS,1994, p.9)

Criticando as atitudes da escrava, Cândido não vê erro algum no que fez para suprir suas próprias necessidades, dando fim ao conto com um provérbio, apenas como forma de livrar-lhe

a cabeça de tais pensamentos. A expressão suscita o questionamento de como este gênero textual se dá no texto. Retomando Bakhtin, e o fato de que todo enunciado é fruto de uma realidade histórica, perpassando várias vozes de vários discursos, valores, ideologias, entre outros aspectos temporais construídos socialmente, podemos considerar que o provérbio faz mais evidente esta afirmação acima.

Como aborda Felipe Moreira Lopes a questão, em sua dissertação sobre a enunciação de provérbios:

No discurso cotidiano, essa realidade é um tanto escamoteada, passando frequentemente despercebida pelos interlocutores. Entretanto, nos provérbios, esta dissonância entre a voz do enunciador e a voz do outro mostra-se mais evidente. Haja vista que, ao ser citado, além de destoar do fluxo natural do discurso por uma mudança na entonação, muitas vezes, observamos construções que os antecedem do tipo: Como diz o ditado popular...; Como diz o povo...; Como costuma se dizer por aí...; Como minha avó/avô dizia...; etc. Mesmo que tais construções não sejam proferidas, elas, ainda que diluídas no discurso, sempre estarão presentes. Dentro dessas concepções e constatações, verifica-se o caráter atemporal dos provérbios. (LOPES, 2006, p.11,12)

Assim, notamos como este tipo de enunciado assume um caráter atemporal, e tem em suas características uma certa apatia, o que tira dele sua expressividade. Isto porque, estando contido em um dito popular, e repetido aleatoriamente, fica então sugerida uma certa superficialidade do mesmo, uma mera falta de empatia que este carregaria no seu bojo. Em uma situação como esta, em que o enunciador o diz apenas por dizer, dando o tal assunto por acabado e aceitável, vê-se que o seu emprego no texto é uma apropriação paródica, exatamente para ridicularizar a personagem.

Feitas estas críticas envolvendo a construção negativa da mulher negra no discurso corrente, e sua exposição irônica,

partimos agora para a análise do conto clariciano, oportunidade em que retomaremos alguns aspectos discursivos aqui citados, no intuito de estruturar um paralelo entre os mesmos.

1.2. *“Deus sabe o que faz”*

Clarice Lispector, sempre tida como mais ‘intimista’, aproxima-se do que se espera de uma crítica social mais incisiva, nas páginas de *“A Menor Mulher do Mundo”*. Neste conto, a autora aborda uma descoberta científica, rara, a “menor mulher mundo”, feita por um explorador, Marcel Pretre que, em uma postura colonizadora e científica, simplesmente a estuda, categoriza e a expõe, desumanizando-a, sem a menor atenção para qualquer traço de subjetividade que ela possa vir a ter. Neste conto, não há desencontro; não há sequer tentativa de diálogo. *“Pequena Flor”*, como Pretre a nomeara, tinha seus quarenta e cinco centímetros, era negra, calada, madura, “escura como macaco”, parecida com cachorro e ainda estava grávida. (LISPECTOR, 1998) A pequena capturada vem, então, a ser somente observada, medida, estudada. Nota-se que, para o cientista, ela era antes de tudo um “espécime”, não uma pessoa.

Se o pesquisador, no conto, se mostra totalmente alienado quanto a esta criatura para ele um tanto estranha, o discurso dos núcleos familiares que acompanha tal notícia em suas casas, já é mais perverso. Este exprime colocações racistas e desdenhosas, no intuito, ou não, de manter um certo distanciamento de seu confortável mundo, do sujeito-mulher em questão.

Em um recorte do episódio envolvendo Pretre e Pequena Flor, vê-se o narrador transferindo atenções para a leitura de um jornal local com a notícia da descoberta da pequena mulher em vários lares. Assim, pode-se acessar tipos diferentes de recepção dada ao fato, revelando-se pelo menos seis exemplos núcleos familiares burgueses.

Dentre eles há um denominador comum, ou seja, a presença das relações de poder, expressando racismo, estratégias

de distanciamento, entre outros, não poupando nem mesmo a postura do explorador. Logo ao início do conto, Pretre já apresenta traços característicos de um analista científico, quando o mesmo reúne informações repassadas pela imprensa. Diz o trecho: “sentindo necessidade imediata de ordem, e de dar nome ao que existe, apelidou-a de Pequena Flor. E, para conseguir classificá-la entre as realidades reconhecíveis, logo passou a colher dados a seu respeito.” (LISPECTOR,1998, p. 98)

A despeito de tal atitude, nota-se uma crítica clara do olhar colonizador, visto que o explorador a subjugou, escolhendo-lhe um nome ao gosto do mercado que lhe convém e reunindo informações a seu respeito como se ela fosse um espécime qualquer.

Assim, não se vê propriamente nenhuma cena explícita de desumanidade por parte dele com relação à Pequena Flor, mas de “humanidade” tampouco. Retomando Martins, a relação pode ser enquadrada no caso citado por ela em que a personagem é vista como utensílio em razão de algo, assim como o escravo é tratado apenas como uma mercadoria em função de seu dono.

Já em um plano secundário, instalam-se os núcleos familiares em que se desenvolverão outras reações em relação à pequena mulher. Dentre estas, encontramos, no primeiro lar abordado, uma moradora que prefere não olhar novamente a foto de Pequena Flor, por “sentir aflição”; a segunda casa mostra uma senhora que de tamanha ternura, beirava a violência, em seu instinto protetor para com a pequena mulher. No terceiro lar, vemos uma garota, ciumenta por se dar conta de que não era mais a “menor dos seres humanos” em seu âmbito familiar, levando-a a sentir pela primeira vez que a “desgraça não tem limites”; na quarta casa, mãe e filha dialogam de forma que a filha está comovida, sentindo pena de Pequena Flor; na quinta família, um garoto, em uma suposição de ter a pequena mulher como objeto, a usaria para assustar o irmão e para depois ela ser o brinquedo dos dois garotos, e, finalmente, no sexto lar, uma família se junta para a medição da Pequena Flor, enquanto o narrador informa

que cada um deles experimentou o desejo de ter a pigmeia como “fonte permanente de caridade”.

Numa breve aproximação das situações acima expostas, podemos notar como são peculiares as diversas formas de se apreender uma vida, havendo, ora alguma intenção de se proteger alguém, ora não. As duas possibilidades são apontadas por Butler:

“[...] não se deduz daí que se alguém apreende uma vida como precária decidirá protegê-la ou garantir as condições para sua sobrevivência e prosperidade. Pode ser, como Hegel e Klein apontam, cada um à sua maneira, que a apreensão da precariedade conduza a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las.” (BUTLER, 2015, p.15)

Seguindo assim o pensamento de Butler, nota-se como Pequena Flor é um ser entregue a outrem, ficando à mercê do cientista, do desejo das famílias, das organizações sociais que a subjagam/protegem, fato que maximiza sua vulnerabilidade, tornando a pigmeia um espetáculo que atrai as pessoas, através dos noticiários sensacionalistas publicados sobre ela (SIQUEIRA, 2010, p. 29).

Observando-se à luz de Butler como ocorrem tão diversas apreensões do indivíduo, constata-se que quanto maior for a precariedade do indivíduo, tão mais negativas serão estas apreensões, sendo possível, então, se entrelaçar tal processo ao conto machadiano. No caso, a morte do bebê de Arminda, segue este caminho, o da indiferença para com o outro. Cândido, nunca leva em consideração essas vidas, nem a do bebê, no sentido estrito, nem a da mãe, no sentido lato, jamais se importando em protegê-las, mas, sim, demonstrando total insensibilidade face as consequências do seu ato, ainda que trágicas.

Afunilando ainda mais a leitura dos trechos do texto clariciano, nota-se o descaso pela pessoa da africana-mirim, quando se sugere a possibilidade de sua adequação ao trabalho doméstico, por parte de uma das famílias. O que se nota, contudo,

não é um reconhecimento de sua habilidade, nem uma preocupação com sua sobrevivência, mas, sim, relativamente à sua etnia, sua capacidade de surpreender as visitas que tivessem, vendo-a apenas como um fetiche: “Deve ser o bebê preto menor do mundo – respondeu a mãe, derretendo-se de gosto. – Imagine só ela servindo a mesa aqui em casa! e de barriguinha grande!” (LISPECTOR, 1998, p. 105)

Tal caracterização, projetada pela mãe, mostra como a discriminação do outro se faz meramente, dado ao fato de ser o indivíduo colonizado. Contudo, no caso de Pequena Flor, outras variantes surgem: retomando as palavras de Bonnici, ela seria um ser duplamente colonizado no contexto pós-colonial, pela sua cor e pelo seu sexo. Porém, ainda mais do que isto, ela não possui um padrão aceitável de anatomia humana. Comparada à Arminda, uma mulher negra, escrava, sem suporte algum da sociedade que a cerca, vemos que Pequena Flor, em uma época distinta, tem um futuro talvez ainda mais lúgubre; para ela não há pertencimento algum, e se o há, guardando-se as devidas proporções, ela só é mais valorizada do que a outra por se prestar a fazer um papel exótico para a apreciação de terceiros. Não importa sequer se se sairia bem em seu ofício. A ela é negada qualquer subjetividade; nem mesmo o fato de ser mãe lhe torna um ser passível de sentimentos. Em algum momento, Pretre percebe sinais de que ela estaria grávida, mas seu olhar inspeciona-a como um objeto de pesquisa.

Na passagem final do conto, nos deparamos, assim, como em Machado, com o uso estratégico de um provérbio. Este parte de uma outra senhora, ao ver a imagem de Pequena Flor, conforme se lê: “Pois olhe – declarou de repente uma velha fechando o jornal com decisão – pois olhe, eu só lhe digo uma coisa: Deus sabe o que faz.” (LISPECTOR, 1998, p. 109)

Tal provérbio se faz intrigante quando colocado em diálogo com o anterior, “Nem todas as crianças vingam”, apresentado por Machado. Recorrendo a Bakhtin novamente, para explorar a expressividade do provérbio e a força discursiva

de ambos os textos, encontramos uma crítica à hipocrisia presente na utilização do discurso moralista/religioso. A senhora que fecha o jornal pode ser comparada a Candinho abraçando seu filho; ambos têm um ar de superioridade em suas atitudes, mas na verdade não merecem tal crédito, considerando como os dois tem valores distintos para a vida de determinados indivíduos.

No momento em que a mulher diz que “Deus sabe o que faz”, ela desvia seu pensamento do assunto, abstendo-se de compartilhar do drama de Pequena Flor; enquanto que Candinho, por sua vez, diz que “nem toda criança vinga” para se livrar de qualquer culpa em sua consciência.

Portanto, ambas as situações são exemplos de ironia dramática, considerando que as personagens nelas presentes se veem ridicularizadas através de seus discursos hipócritas. Para eles, pouco importa o destino ou o bem estar do outro. Apesar das aparências, Candinho e a mulher não têm um comportamento cristão quanto possam parecer, apropriando-se apaticamente de frases feitas. Em suma, “não sabem o que fazem”; ou o que dizem.

Nas mãos do leitor

Nesse estudo, procuramos apresentar uma análise comparativa dos contos “Pai contra mãe” de Machado de Assis e “A menor mulher do mundo” de Clarice Lispector, do ponto de vista da alteridade, enfocando, especialmente, a temática da representação da mulher negra. Percebeu-se que, ainda que não sejam comumente ligados ao panorama pós-colonialista, Machado e Clarice projetam, respectivamente, a sociedade capitalista do século XIX, e a sociedade burguesa do cenário contemporâneo, explorando e expondo a crueldade e/ou alienação que as caracterizam.

Dentro da ótica pós-colonial, abordamos a constituição do sujeito em torno das protagonistas, Arminda e Pequena Flor, mostrando como a cultura hegemônica se estrutura de forma a destruir qualquer pessoa de determinada classe, destruindo ou

obliterando não só sua subjetividade, mas sua própria vida ou descendência, se necessário.

Através da exploração da construção discursiva das mesmas, atentamos ao caráter dialógico da linguagem utilizada nos dois contos, e exploramos a relação dos provérbios na estruturação e desfecho de cada obra. Desvendamos, assim, a base da ironia com a qual Lispector e Machado operam sua ridicularização de determinadas personagens representantes do *status-quo*, fazendo soar como falsos seus discursos de discriminação do outro.

Finalmente, como não poderia deixar de ser, em se tratando de Lispector, adentramos o conceito de epifania no conto. Constatou-se, que, na realidade, não há uma forte presença deste recurso vinculada à caracterização dos personagens. Contudo, esta se faz presente de uma maneira sutil, não no corpo textual como um todo, não de forma pontuada, mas surge de uma forma diretamente ligada ao clímax presente no fim do texto. Clarice, ao “suspender” o texto, após uso do provérbio, suscita no leitor um tipo análogo de processo epifânico, fazendo com que a frase cause um impacto e reverbere nos ouvidos de quem lê. Tal epifania se faz presente e pertinente a este trabalho, uma vez que seu clímax acontece no momento final do conto, fragmento aqui enfatizado e analisado.

Tal recurso de suspensão mostrou-se como o mais relevante de todos no cotejamento entre os dois contos. Vimos que o texto machadiano, *avant-la-lettre*, também faz uso deste mesmo artifício, com efeito semelhante. Comumente, encontra-se nele o mesmo uso o uso crucial de um provérbio, e de uma variada gama de expressões da linguagem comum, carregadas de preconceito, legando ao leitor de sua época, e à posteridade questionamento de valores; e de caracteres.

Despertando uma parte ativa do leitor perante ao texto, aproximando-o deste de uma forma singular, Machado e Lispector se alinham em sua postura de crítica social e empatia

com o leitor, a quem caberá, no fundo, julgar, ao fim de sua leitura, as personagens presentes nas tensões apresentadas.

Referências

- ASSIS, Machado de. 1994. *Obra Completa, vol. II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- BAKHTIN, Mikhail. 1979. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, p. 277-326.
- _____. 1992. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes
- BONNICI, Thomas. 1998. *Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. Mimesis*, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23.
- _____. 2005. *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. Paraná: Eduem.
- BUTLER, Judith. 2015. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FIORIN, José Luiz. 2008. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática.
- JUNQUEIRA, Ivan. 2009. *Machado de Assis e a arte do conto*. Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul./dez, p. 116-120
- LISPECTOR, Clarice. 1998. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco.
- LOPES, Felipe Pereira. 2006. *A enunciação dos provérbios como estratégia de persuasão e seus efeitos de sentido na atividade argumentativa*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- MARTINS, Leda. 2007. *A fina lâmina da palavra*. Belo Horizonte: O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira. p. 55-83.
- MEMMI, Albert. 2007. *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RODRIGUES, Rosângela Hammes. 2005. *Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem*. São Paulo: Parábola.
- SIQUEIRA, Joelma Santana. 2010. *Sentimentos em família no conto "A menor mulher do mundo", de Clarice Lispector*. Paraná: Revista de Estudos Literários – Terra roxa e outras terras. p. 26-37.

Recebido em 16/12/2016. Aceito em 25/01/2017.